

**“COMUNICAÇÃO: UM MEIO OU UM FIM?”. UM DOCUMENTÁRIO COMO  
PEÇA DE DEFESA SOCIAL DE PRESOS POLÍTICOS**

***“COMMUNICATION: A MEANS OR A SAKE?”. A DOCUMENTARY AS PART OF  
SOCIAL DEFENSE OF POLITICAL PRISONERS***

Lucas Porto Marchesini Torres <sup>1</sup>

**RESUMO**

O artigo analisa um documentário como fonte de pesquisa sobre um assalto a banco realizado por militantes do Partido dos Trabalhadores e do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário na Bahia em 1986. O filme constitui valiosa fonte para compreender aspectos do crime, bem como o interesse dos presos em apresentar sua defesa para além da esfera jurídica. O documentário será analisado numa perspectiva comparada a partir de outras fontes sobre o tema (fontes policiais, jornalísticas, entrevistas com os militantes etc.)

**PALAVRAS-CHAVE:** Crime político; Fontes de pesquisa; História das Esquerdas; PCBR.

**ABSTRACT**

The paper analyzes a documentary as a research source about a bank robbery carried out by members of the Workers' Party and the Revolutionary Communist Party in Bahia in 1986. The film constitute an interesting source to understand aspects of the crime, as well as the interests of the prisoners to present their defense beyond to the legal sphere. The documentary will be analyzed in comparative perspective from other sources about the subject (police sources, news, interviews with activists, etc.)

**KEY WORDS:** Political crime; Research sources; History of Lefts; PCBR.

---

<sup>1</sup>Doutorando em História Social pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). E-mail: [lucaspmt@hotmail.com](mailto:lucaspmt@hotmail.com).

## INTRODUÇÃO

Em 1993, Helena Feitosa concluía o curso de Comunicação Social na Universidade Estadual da Bahia. Assim como ela, seu namorado, José Wellington Diógenes, estava às vésperas de finalizar seu curso de Direito. À conclusão dessa etapa de suas vidas confluíram outros momentos de suas trajetórias: para produzir o breve documentário *Comunicação: um meio ou um fim?*, que parece ter sido seu trabalho final do curso, Helena buscou inspiração na história de seu companheiro com o fito de recontar um evento que anos antes o notabilizou nacionalmente e problematizar aspectos da sua cobertura pela imprensa.<sup>2</sup> Desde 1986, o cearense José Wellington estava preso na Bahia por seu envolvimento numa tentativa de assalto a banco em Salvador: ele militava no recém-fundado Partido dos Trabalhadores (PT) e simultaneamente no Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), então reorganizado com uma de suas tendências.

Durante a ditadura o PCBR, surgira como racha do Partido Comunista Brasileiro, se tornando uma organização clandestina e defensora da luta armada contra o regime (GORENDER, 2003, pp. 111-116). Nos anos 1980, o PCBR inspirou José Wellington a se dedicar às ações armadas. Na redemocratização dos anos 1980 o BR – como também era nominado – se reestruturou como uma tendência no Partido dos Trabalhadores. De acordo com o jargão da militância petista na época, José Wellington vestia “duas camisas” e havia uma preferida, conforme o próprio Wellington garantiu em entrevista. Durante muito tempo, ele viveu se dedicando exclusivamente ao PCBR: “eu parei de estudar, não trabalhava, eu tinha um aparelho da organização, carro da organização. Vivi esse período todo, todo, sob a orientação do PCBR”.<sup>3</sup> Helena e Wellington começaram a namorar quando ele já conquistara benefícios do regime semiaberto, podendo estudar à noite e trabalhar num escritório de advocacia durante o dia. Entre um e outro, Wellington também arranhou tempo para recompor a vida pessoal.

Apesar de trazer a designação de “partido” na sigla, o PCBR era tratado como “organização” por José Wellington, um militante bastante dedicado a ele. Esse tratamento

---

<sup>2</sup> FEITOSA, Helena. *Comunicação: um meio ou um fim?* [on line]. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=eXuvb4DS6Rs>> (indexado como “Assalto ao Banco do Brasil de Salvador pelo PCBR em 1986”, 12:22 min.)

<sup>3</sup> Entrevista com José Wellington, em 15 de julho de 2012.

indica a diferença mais substancial entre o PT e o PCBR na redemocratização da década de 1980: enquanto o primeiro se organizava como partido de massas, o segundo pretendia ser um partido de quadros (TORRES, 2013). Em abril de 1986, o conflito entre tais perspectivas levou à prisão José Wellington mais outros companheiros que também vestiam as duas camisas do PT e do BR quando eles tentaram assaltar a agência do Banco do Brasil em Salvador, localizada na Universidade Federal da Bahia. Capturados, revelaram aquilo que julgaram mais conveniente: eram petistas e assaltavam o banco em solidariedade à Nicarágua sandinista, para onde enviariam seus dividendos – uma versão formulada dias antes e que seria revelada apenas em caso de fracasso. Com isso omitiram que o assalto atendia aos planos do PCBR, o verdadeiro beneficiário e motivador daquela ação. Se os planos da organização lograssem êxito, aquele seria o terceiro assalto do grupo na Bahia entre 1984 e 1986.

*Comunicação: um meio ou um fim?* foi realizado quando os militantes estavam prestes a deixar a prisão e se constitui numa importante fonte para compreender a evolução de suas estratégias de defesa, bem como das variações e influências que elas sofreram ao longo do tempo. O documentário também se apresenta como um paroxismo das diferenças que podem ser notadas entre o grupo de militantes presos, algumas delas já manifestadas antes da sua captura e possivelmente potencializadas pelos anos de convívio no cárcere.<sup>4</sup> O presente artigo pretende analisar o documentário em comparação com diversas fontes produzidas pelo processo crime a que os militantes presos responderam. A comparação com depoimentos que antecederam sua produção e filmagem desperta interessantes reflexões sobre seu enredo, naquilo que ele revela e também sobre aquilo que ele omite. Nas páginas seguintes, não se pretende analisar o filme como fonte em si, nem se fazer uma apreciação teórica sobre tal tipo de fonte: seu uso neste texto só ganha significado em comparação com outras fontes, acumuladas durante ampla pesquisa histórica e empírica.<sup>5</sup>

## **PRIMEIRAS VERSÕES, OMISSÕES E CONFLITOS**

Uma das consequências imediatas do assalto fracassado de 1986, ainda antes de o PCBR ser vinculado a ele, foi sua associação à luta armada das décadas anteriores, o que nas manchetes de jornal era descrito como retorno do terror urbano – vê-se inúmeras delas no filme. Tal associação fez com que os presos – chamados terroristas – fossem investigados pela

---

<sup>4</sup> Por mera opção narrativa, ao longo do texto “filme” e “documentário” serão usado como sinônimos.

<sup>5</sup> Este artigo é resultado parcial da pesquisa de mestrado de realizei durante os anos de 2010 e 2013.

Polícia Civil e também pela Federal, dado que podia tratar-se de crime de subversão. Por isso, os presos responderam a dois processos em paralelo: na Justiça estadual, seguindo a legislação comum, e na Justiça Militar, de acordo com a Lei de Segurança Nacional (LSN). Pelo mesmo crime eles eram julgados duas vezes, caracterizando um conflito de competência que persistiu por alguns meses até ser resolvido em favor da legislação comum.<sup>6</sup>

Os cinco primeiros detidos chamaram atenção por suas diferenças: José Wellington Diógenes (35 anos, estudante, natural do Ceará, vivendo em Pernambuco), o catarinense Telson Crescêncio (33 anos, operário gráfico), Marcos Lemos (22 anos, morava no Paraná e estudava Ciências Sociais), Jari Evangelista (40 anos, paranaense e ex-metalúrgico então desempregado) e Cícero Araújo (31 anos, pernambucano e trabalhador de baixa qualificação) – restava ainda um fugitivo identificado apenas pelo codinome *Vitor*. Todos possuíam militância pública e reconhecida no Partido dos Trabalhadores, para o que concorreram em uníssono suas testemunhas de defesa.



Figura 1- Recorte de *O Globo*, 5 setembro de 1993. A imagem mostra os primeiros momentos da prisão dos militantes. Da esquerda para direita: Marcos, José Wellington, Cícero, Telson e Jari.

No dia seguinte ao assalto, o conservador *Correio da Bahia* apressou-se em classificar o grupo de modo pejorativo: “ladrões contumazes, afeitos a esse tipo de roubo”.<sup>7</sup> Segundo a *Veja*, “cinco pessoas de atividades e origens tão diversas só se juntam para algo tão arriscado

<sup>6</sup> Trata-se do Processo 860372816, Salvador, Fórum Rui Barbosa, 7ª Vara Crime, 8 volumes. Como durante todo o texto apenas esse processo é utilizado, doravante será citado como Processo, mais as indicações de volume e número folhas.

<sup>7</sup> *Correio da Bahia*, 12 de abril 1986.

se houver entre elas mais coisas em comum”.<sup>8</sup> Após a divulgação de suas fotos, um gerente do Banco do Brasil na cidade de Cachoeira (BA) pôde reconhecer o mesmo grupo que assaltara sua agência em 1985 e identificá-lo à polícia: conforme acusou, tratava-se das mesmas pessoas que assaltaram sua agência. Com isso mais um inquérito contra aqueles militantes foi aberto, dando origem a um novo processo – dessa feita apenas na Justiça Comum – e ampliando a ofensiva da imprensa contra o grupo.

Em 1986, apenas Marcos debutava em ações armadas. Os demais, atendendo aos planos do PCBR, tinham realizado dois outros assaltos na Bahia: um em 1984, contra um carro pagador e nunca apurado pela polícia, e outro em 1985, contra a agência bancária em Cachoeira, cujas notícias chegaram à imprensa e à polícia após o fracasso de 1986.<sup>9</sup> Nessas ações bem sucedidas eles não precisaram apresentar argumentos públicos para seus planos e agiam de modo a negar qualquer princípio político e ideológico. O gerente do banco assaltado em 1985 fora abordado em sua casa e contou o que ouviu de um dos assaltantes: “fiquem calmos, queremos valores pois somos da Falange Vermelha e queremos soltar nosso pessoal”.<sup>10</sup> Para garantir a impressão que pretendiam forjar, eles levaram alguns pertences da família: câmera de filmar, videogame, furadeira, relógios e poucas joias – queriam, afinal, agir como bandidos comuns.<sup>11</sup>

Em 1986 a encenação se repetiu enquanto foi possível: além do dinheiro, saíram da agência levando alguns objetos pessoais dos clientes. Mas ao serem detidos pela polícia, por medo de serem tratados como bandidos comuns, apressaram-se em assumir sua militância política – três dos presos alegaram tal receio para assumir sem demora sua militância. Se bem sucedidas, suas ações não deveriam servir como divulgação de uma causa política, ao contrário, isso era estrategicamente evitado. Ao término dos processos a que responderam, foram condenados apenas pelo assalto de 1986, o de 1985 terminou sem que seu advogado conhecesse uma sentença definitiva – para o advogado, o crime prescreveu sem um desfecho judicial.<sup>12</sup> O grupo recebeu penas entre sete e treze anos de detenção – furto de carros usados no assalto pesou contra alguns deles, dilatando a pena.

---

<sup>8</sup> *Veja*, 16 de abril de 1986.

<sup>9</sup> Três dos militantes entrevistados por essa pesquisa confirmaram a execução de um assalto a um carro pagador no interior da Bahia em 1984.

<sup>10</sup> Depoimento de Antonio Carlos Ramos Valença, em 16 de maio de 1986. Processo, v. 1, fls. 89.

<sup>11</sup> Depoimento de Maria Monteiro Valença, esposa do gerente, em 5 de maio de 1986. Processo, v. 6, fls. 783-4.

<sup>12</sup> Entrevista com o advogado Fernando Santana, em 6 de setembro de 2012.

Do ponto de vista político e social esses militantes também receberam outras condenações: além do tratamento pouco amigável veiculado pela imprensa, dirigentes nacionais do PT se apressaram em defender o partido e expulsá-los publicamente, sempre condenado o assalto com vigor. E principalmente: em diversas declarações, dirigentes do PT negaram o caráter político do assalto, classificando como crime comum. O partido temia que a militância daqueles assaltantes no PT e sua suposta solidariedade à Nicarágua por meio de ações criminosas pudessem onerá-lo em um ano que previa duas eleições no calendário nacional: para governadores e deputados estaduais e para a Assembleia Constituinte, ambas programadas para o segundo semestre. Desse modo, o PT não hesitou em condenar veementemente o assalto, sem deixar de afirmar sua solidariedade à Nicarágua – condenou os meios escolhidos para tal.

À direção do PT interessava evitar um debate público sobre a existência de tendências radicais dentro dele e em desalinho com suas diretrizes. Assim, o partido preferiu não questionar o argumento de ajuda à Nicarágua e evitou apontar o BR com destinatário daqueles dividendos. Tal estratégia acabou se consolidando em publicações oficiais do PT e também na memória de militantes, que além de creditar a ajuda à Nicarágua como motivação do assalto de 1986, costumam silenciar sobre o assalto de 1985 – igualmente noticiado pela imprensa, mas para o qual o pretexto internacional nunca fora alegado (TORRES, 2016, pp. 142-3). Tal silenciamento pode ser explicado por duas razões: uma delas é o sucesso da estratégia de defesa dos presos, que insistiram em negar sua participação no assalto de 1985 – e a versão presente em *Comunicação: um meio ou um fim?* pode ter contribuído para isso – e outra é que de fato eles nunca chegaram a ser condenados por ela.

Como se vê, o julgamento daqueles militantes mobilizou variadas estratégias de defesa. O grupo ficou preso entre 1986 e 1996, quando conquistaram a liberdade antecipada através de recursos a instâncias superiores – antes disso, alguns deles já podiam estudar ou trabalhar fora do presídio. Durante o período em que estiveram presos, eles registraram em diversas oportunidades e em circunstâncias igualmente diversas as motivações que os levaram a cometer o assalto contra o Banco do Brasil de Salvador – sempre omitindo o de Cachoeira, em 1985. Em sua defesa, falaram a repórteres, a agentes das polícias Civil e Federal, a promotores e magistrados militares e civis, a amigos, familiares e advogados – também falaram bastante entre eles próprios para articular versões, que parece nunca terem se padronizado.

Nas primeiras semanas após o assalto eles foram ouvidos diversas vezes por agentes da polícia Civil e por agentes federais. A primeira versão que tentaram sustentar, como garantiu José Wellington em entrevista a esta pesquisa, foi elaborada dias antes do assalto e pretendia afirmar o idealismo do grupo: eles haviam se reunido durante um congresso do PT, em um bar, e tiveram a ideia de um assalto em solidariedade à Nicarágua. Por isso todos descreveram à polícia detalhes de seus laços no partido e também na Central Única dos Trabalhadores (CUT): histórico de militância, redes de relações, etc. – sempre se preocupando em evitar associações com o PCBR. A bandeira da Nicarágua sandinista também devia contribuir para a legitimação que buscavam: o país caribenho vivia um processo revolucionário iniciado no final da década de 1970 que atraiu atenção de boa parte das esquerdas latino-americanas (VVAA, 1988). Em muitas cidades do Brasil, por exemplo, comitês de solidariedade à Nicarágua foram organizados, da mesma forma que muitos militantes viajavam para lá como trabalhadores voluntários. Por outro lado, a Revolução Sandinista também reanimou em parte das esquerdas a crença na via revolucionária armada.

A intenção dos militantes era afiançar a conotação político-partidária do assalto, protegendo o PCBR, que só foi descoberto mais adiante, junto com o envolvimento daquele que escapara do cerco policial. Assim, PT e Nicarágua poderiam, segundo perspectiva dos presos, garantir o respaldo de que eles necessitavam para se mostrar à Justiça e à opinião pública como criminosos políticos. Por isso preferiram não revelar que o assalto atendia às demandas do PCBR. Jari, o único dos presos ferido à bala durante a captura, chegou a revelar sua participação no BR e mais adiante reviu seu depoimento, alegando que o fez pressionado por maus tratos dos policiais.<sup>13</sup> No geral, percebe-se de suas primeiras declarações que o grupo se empenhou em negar qualquer vínculo com o PCBR mesmo quando isso se tornou cada vez mais inevitável.

Na semana seguinte ao assalto a identidade do fugitivo *Vitor* foi desvendada junto com seu passado: tratava-se do ex-sargento da Aeronáutica Antônio Prestes de Paula, 59 anos, dirigente do PCBR desde os anos 1970. Para Polícia Federal, cujos arquivos facilitaram sua identificação, Prestes não era desconhecido. Logo que seu envolvimento foi descoberto, jornais noticiaram seu passado de ex-militante das esquerdas armadas, incluindo sua participação no Levante dos Sargentos de Brasília, em 1963. A descoberta do envolvimento de Prestes no assalto de Salvador colocou o PCBR no centro das investigações e outros

---

<sup>13</sup> Depoimento de Jari Evangelista, 16 de abril de 1986. Processo, v. 1, fls. 104-8.

militantes vinculados à organização passaram a ser acusados de envolvimento no assalto – alguns de fato tinham participação. Isso intensificou o empenho dos presos em proteger o BR e demais companheiros.

Seus depoimentos nessa fase das investigações assumem importância quando comparados com versões firmadas no documentário. Sem omissões eles revelaram que se dividiram em dois apartamentos para executar a ação na Bahia. Num apartamento ficaram José Wellington, Marcos e Telson; noutro ficaram Jari, Cícero e Prestes de Paula. Ambos os apartamentos foram providenciados por Renato Affonso de Carvalho, baiano, militante do PCBR desde os anos 1960 e logo acusado pela polícia. Renato chegou a ser detido por um mês junto com seus companheiros e depois não chegou a ser indiciado como cúmplice, conseguindo forjar sua inocência. Sua presença entre os demais representou uma etapa crucial para consolidação dos depoimentos que o grupo registrou a partir de então.

Renato foi preso quando seus companheiros já estavam detidos havia quase um mês e se incorporou ao grupo com uma versão pré-elaborada para consolidar com os demais: pretendia proteger outros nomes do PCBR, negar a presença de Prestes de Paula entre os assaltantes e cimentar a versão de que o assalto era um ato de solidariedade à Nicarágua. “Eu desejei ficar preso”, conforme revelou a essa pesquisa, “eu precisava ordenar a linha dos militantes presos, era preciso unificar o discurso, era preciso preencher certas lacunas para que os efeitos [da prisão] não fossem mais catastróficos”.<sup>14</sup> José Wellington confirma a influência da rápida passagem de Renato pela cadeia: “ele tinha que dizer a mim qual o nível de depoimento que eu devia dar”.<sup>15</sup>

Do lado de fora, gozando de liberdade e trânsito entre outros companheiros e advogados, Renato tinha mais condições de elaborar uma versão sustentável para o grupo. Era necessário montar um discurso uniforme para a defesa dos presos e do PCBR – outros militantes da sigla envolvidos no assalto, cuja presença ali foi apurada por esta pesquisa, não chegaram a ser descobertos pela polícia. Após a prisão de Renato, os depoimentos se unificaram em torno de duas premissas principais: a solidariedade à Nicarágua fora única motivação para o assalto e o PT não tinha qualquer responsabilidade na ação, executada à revelia de suas orientações e princípios. Com essa versão insistiam em seu idealismo e

---

<sup>14</sup> Entrevista com Renato Affonso, em 5 de abril de 2010. Fonte usada nos parágrafos seguintes.

<sup>15</sup> Entrevista com José Wellington, em 12 de julho de 2012.

tentavam reduzir os desgastes de sua relação com o PT, a fim de recuperar a solidariedade que lhes faltou naquelas circunstâncias adversas.

Também insistiram em negar qualquer envolvimento do PCBR no assalto e esconder seus vínculos na sigla. Afinal, uma organização clandestina não contribuía para endossar o caráter político e ideológico que pretendiam consolidar ante a sociedade. Para isso, apenas um partido legal interessaria, nesse caso o PT. Da mesma forma, o grupo passou a negar seu envolvimento no assalto de 1985, dizendo que eram vítimas de acusações injustas que pretendiam apenas desgastar a imagem do grupo.

Em junho de 1986, dois meses depois do assalto em Salvador, Prestes de Paula foi capturado em Goiás e seus primeiros depoimentos desconstruíram a versão sustentada por seus companheiros na Bahia. Prestes reconheceu que ele e seus companheiros “executaram dois assaltos contra o Banco do Brasil no estado da Bahia”, um em 1985 e outro em 1986.<sup>16</sup> Prestes contou que os assaltos foram realizados “com o objetivo de conseguir meios materiais para a construção de uma organização revolucionária”, detalhando os planos do PCBR: “o grupo pretendia destinar o dinheiro para o apoio logístico, com a formação de microempresas, aquisição de chácaras e sítios, pequenas oficinas, que pudessem gerar fundos para a organização” e também “conseguir os recursos para financiar atividades políticas do grupo, como de equipamentos, produção de textos, financiamentos de encontros etc.”. Também reconheceu que o PCBR “pretendia aglutinar o pessoal para execução dos assaltos”, por isso procurava “sensibilizar militantes do partido [PT], mais próximos dessa linha de atuação, para execução das ações que pretendia desencadear”.

Toda a polêmica relação entre o PT e o PCBR desnudada por Prestes de Paula sintetizava os conflitos das organizações da esquerda armada na década de 1980. Em suas primeiras declarações, Prestes escancarou as intenções do PCBR dentro do PT e também seus planos logísticos para os assaltos – e nisso foi deveras sincero, algo que dois de seus companheiros só se permitiram ser muitos anos depois, em entrevista a esta pesquisa.<sup>17</sup> Os motivos que inspiraram Prestes a agir de modo tão destoante de seus companheiros estão inacessíveis, restando apenas hipóteses. Isolado em um sítio nas cercanias de Goiânia e acompanhando as consequências do assalto somente pela imprensa, Prestes entendeu que era ocasião de

---

<sup>16</sup> Depoimento de Prestes de Paula, 26 de junho de 1986. Processo, v. 6, fls. 689-94. Fonte usada ao longo do parágrafo.

<sup>17</sup> Diferente do que sempre sustentaram publicamente, José Wellington e Marcos revelaram a esta pesquisa que os assaltos do PCBR na Bahia foram movidos pelas mesmas motivações anunciadas por Prestes de Paula à polícia.

assegurar o caráter político e ideológico de suas ações recorrendo não ao PT – que não manifestara intenção alguma de apoiar os militantes presos –, mas ao PCBR, cujo envolvimento no assalto já não podia ser negado. Sua sinceridade desmedida indica algum incômodo com o Partido dos Trabalhadores, que proclamava veemente condenação aos militantes presos, mas evitava tratar abertamente suas diferenças com o PCBR. Longe dos demais, Prestes decidiu sozinho o que deveria revelar.

Logo em seguida Prestes foi transferido para a Bahia, quando Renato já não estava mais preso, e pôde juntar-se novamente aos companheiros. Então, Prestes se inteirou dos planos coletivos do grupo e passou a integrá-los, pelo menos por algum tempo.



Figura 2 - Fotografia do acervo pessoal da família de Antonio Prestes de Paula. Após a captura de Prestes (sentado à direita, com cigarro na mão), em junho de 1986 no estado de Goiás, o grupo esteve novamente reunido.

## **DIFERENTES FOROS DE JULGAMENTO E DEFESA**

Entre os meses de abril e junho, notícias sobre os militantes presos na Bahia circularam com vigor na imprensa estadual e nacional.<sup>18</sup> Seus vínculos com dirigentes petistas foram anunciados em tom incriminador e sua vida devassada sem pudores. Nas páginas do *A Tarde* José Wellington foi apresentado quase como assassino (“já matou em Mossoró”) e Telson como alguém decadente e com sérios problemas com o álcool: “há alguns meses perdeu a

<sup>18</sup> Jornais de circulação nacional e de diversos estados do país que trataram do assalto entre os meses de abril e julho estão arquivados no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Fundo Partido dos Trabalhadores, MR 4415 (microfilme).

liderança (...) está desempregado desde 1982 e anda bebendo muito”.<sup>19</sup> No *Correio da Bahia* o grupo foi tratado como a “gangue do PT”, um nítido sintoma dos prejuízos que rondavam o partido.<sup>20</sup> Por isso, também membros da direção petista incrementaram as acusações ao grupo em busca de defender o partido daquele vínculo embaraçoso. Lula, por exemplo, tratou o assalto como uma imbecilidade e precisou explicar sua relação com Prestes de Paula, que havia sido responsável por sua segurança nas eleições estaduais de 1982.<sup>21</sup>

Enquanto a Justiça Militar não abdicou de suas prerrogativas sobre o caso um dilema se colocou para o grupo, que avistava dois horizontes penais: se julgados pela LSN, teriam um processo mais célere, porém com penas mais longas e menos possibilidades de benefícios; se julgados pela lei comum, o processo poderia ser mais moroso e trazer penas mais brandas, com privilégios previstos por bom comportamento, por exemplo. No primeiro caso, a pena máxima aplicada ao grupo seria de vinte oito anos de prisão, no segundo, vinte anos. Do ponto de vista penal, era mais interessante aos presos se manterem no âmbito da lei comum. Contudo, socialmente, eles preferiam o julgamento como criminosos políticos – algo que pleitearam tão logo foram presos, como já se sabe. No foro social, onde também eram julgados pela imprensa e por leitores, o preso político desfruta de vantagens subjetivas: são criminosos cujo crime tem como finalidade uma causa, que mesmo controversa, os distingue do bandido comum, aquele cujo crime satisfaz interesses puramente pessoais.

Tanto os presos quanto seus advogados evitaram anunciar preferências até que o conflito foi solucionado, afinal, não interessava assumi-las quando o destino do processo era incerto e exigiria diferentes estratégias de defesa. Em agosto de 1986, a Justiça Militar declinou de sua competência, contrariando bastante a tese que sustentava com fervor até então. Dias depois sua decisão foi enviada para o Fórum de Salvador por telegrama sem precisar os motivos da alienação de sua autoridade sobre o caso. No telegrama, um manuscrito anunciou seu conteúdo: “processo do PT”.<sup>22</sup> Mesmo dando baixa na Justiça Militar, o assalto não perdia seu caráter político e partidário (TORRES, 2013, pp. 95-110).

---

<sup>19</sup> *A Tarde*, 14 de abril de 1986.

<sup>20</sup> *Correio da Bahia*, 14 de abril de 1986. Assim o jornal se apressou em denominar o grupo.

<sup>21</sup> Para declaração de Lula tratando o assalto de imbecilidade, *Veja*, 16 de abril de 1986. Para a relação de Lula com Prestes de Paula, *Folha de S. Paulo*, 23 de abril de 1986.

<sup>22</sup> Ofício, 13/8/86. Processo, v. 1, fls. 333. Sem maiores explicações, a Auditoria anunciou que “tal decisão foi lastreada com base no art. 147 do CPPM [Código de Processo Penal Militar]” e que “se não há juízes em dissidência, o presente conflito não pode ser conhecido por inexistente”.

A partir de então o processo seguiu exclusivamente na Justiça Comum e, afastados dos rigores da LSN, foi ocasião de os presos e seus advogados insistirem com veemência na categorização que mais lhes interessava: a de presos políticos. Já sabendo da decisão, concederam uma providencial entrevista à *Tribuna da Bahia*, sob o título “Presos políticos se dizem arrependidos”.<sup>23</sup> A reportagem afirma que “todo alarde, alimentado durante meses, está agora quase esquecido”. José Wellington reafirmou categórico que pretendiam levantar fundo em prol da Nicarágua e reclamou: “agora que já alcançaram o objetivo e deixaram só o bagaço da laranja querem retirar a LSN e nos considerar assaltantes comuns como se a questão fosse apenas formal e não de conteúdo”. Longe da Justiça Militar era seguro reivindicar a condição de presos políticos e a LSN era anunciada como se fosse um benefício que lhes foi usurpado.

A reportagem confirma o argumento que os presos e seu advogado sustentaram não só à Justiça, mas também à sociedade, de que o grupo era ingênuo e idealista. Lê-se: “os seis militantes nunca imaginavam criar tal reboição no Brasil por causa de uma ideia surgida num barzinho”. Também estavam arrependidos e autocriticados: “hoje eles apelariam para as formas pacíficas”. Nela, Prestes de Paula contemporiza com o PT: “quiseram desgastar a imagem do partido, utilizando o fato para vender a imagem do PT radical”, mas, “a vontade do governo em golpear o PT e a CUT não surtiu efeito duradouro, pois o povo continua se organizando”. Sua fala cria um sujeito oculto que parecia firme no propósito de macular o PT e, segundo a lógica de sua defesa, esse sujeito talvez fosse a imprensa. Para diminuir os danos causados ao partido era necessário silenciar sobre o PCBR: a “politização” de seu crime abria mão dessa organização e deveria se vincular apenas ao legal Partido dos Trabalhadores.

A reportagem inaugurou nova etapa da defesa individual de Prestes de Paula, que pode ter influenciado a produção de *Comunicação: um meio ou um fim?*. Conforme ele passou a sustentar em sintonia com os demais, seus companheiros foram obrigados a inventar o nome *Vítor* como sexto elemento do grupo por conta da “pressão” policial: “esse *Vítor*, que não apareceu em momento algum do fato real, foi logo identificado pela polícia como Antônio Prestes de Paula”, lê-se na *Tribuna*. Segundo a lógica jurídica e social da defesa dos presos, negar o envolvimento de Prestes, era uma maneira de afastar o PCBR daquele evento, afinal seus vínculos com a organização eram bastante estreitos. Depois de Prestes ser preso em Goiás e reconhecer seu envolvimento, ele passou a alegar sua inocência e até o fim do

---

<sup>23</sup> *Tribuna da Bahia*, 13 de outubro de 1986. Processo, v. 2, fls. 462. Fonte usada nos parágrafos seguintes.

processo defendeu isso – no que era ajudado pela *Tribuna da Bahia*. Conforme Prestes afirmaria dali em diante, seu vínculo com o assalto era uma perseguição forjada pela polícia.

A reportagem não mencionou em momento algum o assalto realizado pelo grupo em 1985, quando os seis já respondiam por esta ação noutra processo e para a qual uma ajuda à Nicarágua nunca foi pretextada. Esse assalto, bem-sucedido, não precisava ser lembrado, pois juridicamente ele trilhou outro caminho: esteve sempre na esfera do crime comum e nunca sob os critérios da LSN. Social e politicamente, portanto, podia ser olvidado.

Se suas imagens na imprensa antes eram sempre vinculadas ao terror urbano e a criminalidade comum – uma “ganguê do PT” –, nesse momento eles receberam o tratamento que esperavam. Não por acaso a reportagem foi anexada à defesa que seu advogado protocolou na Justiça no dia seguinte e não seria fortuito se o jornalista que a assinou estivesse atendendo a um convite de alguém interessado na defesa dos militantes. Até aquele momento as peças do advogado omitiam a condição de presos políticos de seus clientes, mas a partir de então ele passou a reivindicá-la com insistência inequívoca. Nos termos agora empregados pelo advogado, os julgadores “querem fazer da Justiça Ordinária a vala comum para o julgamento dos denunciados (...) porque apenas raciocinasse com o grave das acusações sustentadas pelo estrépito do sensacionalismo jornalístico, estimulado pela rançosa doutrina da segurança nacional”.<sup>24</sup> Afastados da rançosa doutrina de segurança, era oportuno reivindicar a condição de presos políticos e providenciar um algoz para os presos: a imprensa.

A partir desse momento se consolidou entre os presos alguns dos elementos representados no filme *Comunicação: um meio ou um fim?*. Ao estrépito do sensacionalismo jornalístico seguiu-se um período em que os presos desapareceram dos jornais e passaram, ao contrário do que inicialmente acontecia, a buscar meios de conquistar espaço para falar à sociedade. Familiares e amigos dos presos criaram o Comitê de Solidariedade aos Presos Políticos da Nova República. Suas atividades se dividiam entre campanhas de solidariedade, o que incluía a luta por sua categorização de criminosos políticos, e a arrecadação de fundos para gastos processuais e advocatícios.

---

<sup>24</sup> Peça de defesa, 14 de outubro de 1986. Processo, v. 4, fls. 1239-40. Fonte usada nos parágrafos seguintes



Figura 3 - Fotografia do acervo pessoal de José Wellington, em 25 de agosto de 1987. Registra uma reunião do Comitê de Solidariedade aos Presos da Nova República em Salvador. Ao centro, sob o homem que fala ao microfone, aparece sentado Rubens Lemos, pai de Marcos.

O Comitê contribuía para a divulgação de manifestos assinados pelos presos, que em um deles anunciaram sua autocrítica: “como militantes do movimento popular (...) sentimos a necessidade de reafirmar que nossa tentativa de assalto foi um erro político, mesmo levando em conta o sentimento de solidariedade que nos animou” – a ajuda à Nicarágua era reafirmada.<sup>25</sup> O erro, reconheceram, “trouxe embaraço para o PT e para as forças populares e democráticas” – protegiam mais uma vez o PT. E explicaram em que consistia sua luta desde a captura: “entendemos que a nossa luta na prisão e nos tribunais não é algo separado do contexto mais geral da luta do povo brasileiro contra repressão e a política econômica de um Estado a serviço dos monopólios nacionais e estrangeiros” – demonstravam seu engajamento político e social. Na ocasião do manifesto, entenderam que era oportuno atacar de maneira genérica “o governo”:

o tratamento arbitrário e hipócrita que o governo vem dando ao nosso caso é apenas uma faceta de seu caráter autoritário e antipopular. Existe um nexó entre a ação repressiva do governo contra nós e aquela que ele utiliza para conter o avanço das lutas populares, onde sem nenhum constrangimento exhibe o esquema militar que vem tutelando o regime de transição.

Como o processo a que respondiam transcorria na Justiça estadual, sua falação contra “o governo” (Federal? Estadual?) assumia caráter impreciso e atendia mais a seus interesses retóricos. No afã de se apresentarem como vítimas da Nova República, denunciavam que seus familiares eram investigados, tinham correspondências violadas e telefones grampeados, o

<sup>25</sup> Documento “Manifesto às Forças Populares e Democráticas”, 2 de junho 1987. Acervo pessoal de José Wellington. Fonte usada no parágrafo seguinte.

que denotava perseguição política incompatível com a democracia. Outro de seus manifestos foi lido em encontro público onde estiveram presentes vereadores e deputados, representantes de conselhos de direitos humanos e do movimento negro, religiosos, associações de moradores, representantes de partidos diversos (PMDB, PCdoB, PT), etc., demonstrando seu empenho – e também algum sucesso – em reconquistar o apoio perdido após o assalto.<sup>26</sup>

Em outubro de 1987, os presos entraram em greve de fome, reivindicando celeridade no processo. No dia oito daquele mês os presos aproveitaram o ensejo dos vinte anos da morte de Che Guevara para anunciar – engajadíssimos! – que encheriam a sua barriga apenas com ideologia.<sup>27</sup> Permaneceram sem comer por vinte e um dias e acusaram danos físicos notórios. Ao término da greve, seu sacrifício foi recompensado com espaço na imprensa por dias seguidos na Bahia e fora dela, onde puderam defender sua condição de presos políticos mal compreendidos. De São Paulo receberam uma moção de apoio enviada pela Assembleia Legislativa, que lhes destinava solidariedade (“estão sendo tratados sem a mínima dignidade”) e votos por melhor tratamento (“nossas autoridades deveriam dispensar a atenção que realmente merece o problema dos presos políticos, que não estão sendo tratados como tais”).<sup>28</sup>

Nessas ocasiões em que assinavam documentos e concediam entrevistas, os presos apareciam para o público como um grupo coeso e entrosado – auto-representação que não resiste a uma análise de *Comunicação: um meio ou um fim?* abastecida por outras fontes.

#### **A COMPOSIÇÃO DO ENREDO: PRESENCAS E AUSÊNCIAS**

Como apontam Cardoso e Mauad, um filme “é uma ‘mensagem de mensagens’ de considerável complexidade, reunindo e combinando em diversas modalidades e graus de incidência cinco categorias de matérias significantes”. Entre tais categorias estão as imagens em sequência, os diversos textos escritos que aparecem em tela, depoimentos ou falas de personagens, a trilha sonora musical e os áudios pretensamente naturais incorporados ao filme, como sons de pássaros, estampido de tiros, etc. (CARDOSO; MAUAD, 1997, p. 413). A observação dessas categorias a serem decodificadas enriquece e aprofunda as possibilidades de análise sobre *Comunicação: um meio ou um fim?*.

---

<sup>26</sup> Lista de presença de um encontro, s/d. Acervo pessoal de José Wellington.

<sup>27</sup> *Tribuna da Bahia*, 9 de outubro de 1987.

<sup>28</sup> Moção 296/87, em 22 de outubro de 1987, Câmara Municipal de São Paulo.

Os entrevistados se dividem em dois eixos principais: militantes envolvidos no assalto (apenas dois deles) e analistas da cobertura jornalística (três entrevistados). O enredo é complementado pela fala, gravada ou recuperada em arquivos, de outras pessoas ligadas ao evento (uma repórter, um dirigente estudantil, o gerente do banco assaltado, etc.). Poucos são identificados por nomes ou filiação institucional. O enredo do filme apresenta duas categorias de antagonistas dos presos (ou inimigos seus): a imprensa e a polícia. Para isso concorrem os depoimentos dos militantes e também dos que analisam a cobertura da jornalística.

A análise de um dos entrevistados reconhece como fato inquestionável “que houve um assalto feito por membros do Partido dos Trabalhadores”, mas acusava que “não se conseguiu partir do conhecimento dado pelo senso comum (...) para uma compreensão mais ampla do porquê se deu o assalto”. Mesmo tão exigente, o analista afastou por completo o PCBR de seu envolvimento no assalto, colocando-o na conta exclusiva do PT – talvez por isso não tenha podido demonstrar a tal “compreensão mais ampla” que o assalto exigia. Sua avaliação se tornou mais provocativa quando classificou o assalto como “fenômeno singular”: “um assalto que, a não ser para os diretamente envolvidos nele (...) era algo inesperado”, o que se confirmava na sequência de manchetes apresentada em tela. Nelas o assalto aparece vinculado ao PCBR e ao reaparecimento da luta armada e os prejuízos do PT também ficaram evidentes: “investigada participação do PT no assalto” ou “PT dividido no caso do assalto”. Vê-se que suas notícias revolveram muitas polêmicas. Outro analista acrescenta um comentário que desconstrói o poder sentenciador da imprensa, ao colocar sua influência dentro do que chama de “campo de forças”. Sua fala permite perceber os limites da imprensa para impor uma verdade, que poderia se consolidar ou não entre leitores e telespectadores.

O ex-presos político, então ligado ao PMDB e professor da Faculdade de Comunicação da UFBA, registrou um depoimento que decerto agradou aos presos. Para Emiliano o assalto se dera por inegáveis razões políticas: “acho que a imprensa tratou isso, em geral, de forma superficial, e recusava-se a tratar aqueles que fizeram o assalto de 1986 como militantes políticos”. Emiliano também percebia no assalto relações com o passado da esquerda armada: “aquele assalto foi tratado recuperando todos os mitos do período anterior, eram os ‘perigosos terroristas’ de volta. Todos os mitos eram recuperados porque de alguma forma, eu diria, era um assalto atrasado, de fato era”. Para os militantes o atraso de sua “ação” àquela não seria um problema tão grande: mais inconveniente era a negativa da prerrogativa que pleiteavam. A imprensa estava tão surpreendida quanto demais envolvidos naquele assalto inusitado ou

“atrasado”, mesmo assim, segundo o enredo do filme, suas limitações para compreender e descrever a ação dos militantes precisava se combatida e até condenada. Diferente de suas estratégias anteriores de defesa, não era ocasião para condenar o governo nem a Justiça. E o documentário parece atender a isso.

Suas cenas iniciais remontam à prisão do grupo à frente do banco ao som da canção *Soy loco por ti America*, uma clara alusão – e quiçá um endosso sutil – ao intercâmbio latino-americano alegado pelos presos – aliás, não se vê outra alusão direta ou indireta à Nicarágua no filme, nem para confirmá-la, nem para negá-la. Nessas cenas se percebe a conduta pouco cordial, mas sem excessos, dispensada pelos agentes de polícia aos presos – motivo de se apressarem em buscar o tratamento de criminosos políticos. Em seguida, Marcos é recolocado à frente da agência e recupera os lances da ação. Vestia uma camisa da CUT e com isso sugeria alguma reconciliação após os traumas causados pelo assalto. Mas a reconciliação podia ser ainda parcial ou apenas uma intenção, dado que sua camisa não era do PT e tampouco era do PCBR, quase esquecido no enredo. Marcos recupera o primeiro contato com jornalistas: “dentro do carro da polícia eu fiquei mais aliviado quando vi a presença da imprensa chegando. Eles chegaram e a Polícia Militar tentou impedir o acesso da imprensa alegando que eles estavam correndo risco de vida”. Sua reconstrução se estabelece firme sobre a intenção de diferenciar-se dos presos comuns, que poderiam se envergonhar diante dos flashes da imprensa. Ao contrário disso, eles se sentiam seguros e garantidos pela presença dos repórteres. Até esse momento a imprensa parecia ser a salvaguarda do grupo.

Mais adiante, a canção cubana *Guantanamera* e imagens do guerrilheiro revolucionário Che Guevara reintroduzem Marcos à cena. Sentado sob uma árvore que sombreava o pátio da agência, despojando tranquilidade, Marcos referenda as inspirações que o levaram a acreditar na validade de sua ação: “eu contava apenas com 22 anos e duas pessoas muito marcantes na minha vida, de uma certa maneira, me estimularam a perseguir esse ideal revolucionário, que foi meu pai, que foi preso político, [na] década de 1970, e Ernesto Che Guevara”. O simbolismo de Che dispensou apresentações por parte do depoente, que asseverava com isso a visão que tinha sobre sua ação: um ato revolucionário. Ao mesmo tempo, atribuía à sua pouca idade e à inspiração na geração anterior o seu idealismo juvenil.

Numa reportagem gravada logo após a chegada dos presos à delegacia seu poder de fogo foi descrito. Um repórter contabilizou até uma pistola de “uso restrito do Exército” e foi desdita por José Wellington. Desfazendo dela – e também de si e dos seus –, José Wellington

voltou à cena para explicar: “do grupo eu estava ‘bem armado’, pra você ter uma ideia, com uma pistola Luger da Primeira Guerra Mundial, de 1918! Era a arma mais moderna que o grupo tinha”. Segundo Wellington, a arma que a repórter classificava como de “uso restrito do Exército” era uma relíquia de museu. No mais, completou apoiado por vasta biblioteca atrás de si: tinham “revólveres 32, com poucas balas, não tínhamos experiência de tiro, experiência militar alguma”.

Se Marcos insistiu em caracterizar a juventude e o idealismo revolucionário do grupo, José Wellington reforçava essa versão mostrando seu amadorismo inconsequente. Marcos trajou-se como militante da CUT, José Wellington apresentava-se reabilitado pela gravata e pela ambiência com os livros que ostentava atrás de si. No momento do assalto não vestiam camisas suas do PT nem da CUT, tampouco do PCBR, sempre escondido ou protegido. Para a gravação do filme puderam retirar do armário apenas a camisa da CUT, afinal aquela era ocasião de sugerir reconciliação – por acaso ou por gosto, Wellington vestiu-se com uma camisa do roqueiro David Bowie para assaltar o Banco do Brasil em 1986, quando queria parecer bandido sem causa. O que José Wellington não poderia revelar é o que o laudo da polícia técnica concluiu sobre a sua arma – que não era de 1918! – e as demais sacadas pelo grupo. Todas estavam em perfeito estado de uso, mas nem todas foram acionadas durante o confronto com a polícia – portanto, houve quem hesitou diante da repressão, mas isso também não era uma questão a ser abordada no filme.<sup>29</sup>

Se a imprensa era incapaz de uma “compreensão mais ampla” sobre o assalto, a polícia não poderia ser elogiada diante de seu fracasso. O gerente da agência assaltada apareceu no filme enaltecendo o trabalho policial (“a polícia merece louvores, não só a Polícia Civil como a Polícia Militar, porque diante dum alarme que foi acionado de pronto estiveram no local”), mas seu argumento é desconstruído pelo enredo. Um membro do Diretório Central dos Estudantes da UFBA – onde ficava a agência – revelou que seus estudantes haviam se organizado para exibir o filme de Jean Luc Godard *Je vu salue, Marie*, censurado pelo governo, e que isso atraíra atenção da polícia para a universidade naqueles dias – apenas por isso justificaria sua prontidão no local. Mais uma vez demonstrando tirocínio, Marcos retoma a relação do grupo com a imprensa, não mais tratada como segurança do grupo, mas como maquiavélica e ardilosa:

---

<sup>29</sup> Laudo da polícia técnica, 22 de maio de 1985. Processo, v. 1, fls. 295-305.

a imprensa em geral procurou explorar [o assalto]. Tanto é que muitas das perguntas nós tínhamos muito cuidado em responder porque nós sabíamos o que ela poderia fazer com a imagem e com nossa voz (...) Tanto é verdade isso que, eu me lembro assistindo a um programa (...) no qual afirmaram *em off* que os assaltantes concordavam com a ação da polícia. Usaram a minha imagem, onde fizeram uma outra pergunta pra mim na qual eu concordei, mas sob hipótese alguma sobre a eficiência da polícia.

Nos primeiros anos da década de 1990 aquele grupo de militantes já não podiam falar em ditadura ou autoritarismo do Estado. Às vésperas de deixarem a prisão, também não faria sentido atacar a Justiça, na qual todos os recursos estavam encerrados, e onde não havia mais uma “rançosa doutrina de segurança”, eliminada pela Constituição de 1988. Assim, para se alcançar o reconhecimento de presos políticos que buscavam, lhes restavam atacar a imprensa e a polícia.

Quando se dispuseram a participar do filme a intenção dos militantes ali retratados era sua reintegração social, o filme deixa claro isso. Nas suas últimas cenas o momento da captura do grupo dá lugar ao presente onde alguns deles aparecem reabilitados – mas não de todos. José Wellington transita em um júri como advogado, não como réu. Marcos posou diante da câmera sugerindo maturidade: trocou o rosto quase imberbe de seus 22 anos, por uma barba cerrada; em vez de armas, carregava um bebê, seu filho. Telson, que só aparecera nas cenas da captura, exibiu sua reabilitação entre adolescentes, como professor de Desenho Geométrico. Condenado pelo assalto que dividiu o PT, como consta em uma das manchetes dispostas em tela, Telson foi ironicamente filmado enquanto ensinava aos jovens “como dividir um segmento ao meio”.

O documentário torna-se bastante revelador pela ausência de três dos militantes presos, evidenciando um fracionamento daquele grupo: Cícero e Jari aparecem apenas nas cenas da captura e Prestes de Paula, que não foi preso junto com os demais, é esquecido no roteiro. Sintomaticamente, essa mesma divisão pode ser notada na forma como os militantes organizaram sua hospedagem em Salvador para realizar o assalto: Cícero, Jari e Prestes ficaram juntos em um apartamento, enquanto José Wellington, Marcos e Telson se hospedaram em outro, sugerindo que desde antes da prisão o grupo possuía suas diferenças.

A pesquisa que resultou neste artigo dá conta de que Cícero, Jari e Prestes de Paula eram os menos escolarizados do grupo. Prestes de Paula concluía o atual ensino médio e possuía no currículo de ex-militar formação como mecânico de aeronaves, Cícero e Jari possuíam baixa instrução. Por outro lado, José Wellington e Marcos haviam iniciado estudos universitários mesmo antes de serem presos e Telson possuía formação técnica em Desenho.

Distinção que se manteve durante o cárcere: desde março de 1987 Telson se inscreveu em curso no SENAI; Marcos iniciou nesse mesmo ano graduação em Filosofia, transferindo-se depois para História; José Wellington deu continuidade ao curso de Direito que começara em Pernambuco; por sua vez, Jari, Cícero e Prestes, até reconquistarem a liberdade, conservaram-se trabalhando nas oficinas de agricultura, mecânica e artesanato do presídio.<sup>30</sup> Essa podia ser uma diferença menor diante da atração que o PCBR produzia entre eles, mas no filme não calhava demonstrá-la: a representação de presos políticos, sob sua lógica, prescindiu de descrever militantes que não construíram vida fora das celas.

A ausência de Prestes de Paula é ainda mais sintomática do quanto possíveis conflitos do grupo podem ter influenciado a produção do documentário e nele estão firmados. Havia algum tempo que Prestes alegava não ter participado da tentativa de assalto e que fora condenado apenas por seu passado, constituindo, para isso, advogado à parte. Em 1992 – portanto antes do documentário –, Prestes concedeu entrevista à *Brasil Revolucionário* atento à sua defesa social e mais uma vez formulou versão própria e dissonante.<sup>31</sup> Conforme declarou em nome de todos, eles “resolveram confiscar fundos para ajudar na organização dos movimentos sociais nos quais militavam”. “Foi para isso que tentaram expropriar o Banco do Brasil”, revelou descartando – e não apenas omitindo – a versão pró-Nicarágua. Do assalto de 1985 preferiu não falar. Mesmo compondo um coletivo de militantes que se empenhava em conquistar reconhecimento de presos políticos, Prestes forjou sua própria versão novamente.

Entrevistas realizadas com José Wellington e Marcos ampliam possíveis conflitos envolvendo Prestes e o grupo.<sup>32</sup> Ambos relataram contendas surgidas na prisão acerca da inação de Prestes à porta do banco: ele deveria conter a tiros a aproximação policial e não o fez. José Wellington, por sua vez, precisou responder os porquês de ter-se demorado muito mais que o previsto dentro da agência, o que prejudicou a fuga do grupo (TORRES, 2013, pp. 112-4). Taís desavenças produziram ressentimentos e desconfianças, sem dúvida, agravadas pelo convívio monótono no cárcere e que podem ter estimulado a produção do filme – concebido pela namorada de um dos militantes contendores.

---

<sup>30</sup> Petições. Processo, v. 3, fls. 864 e 869.

<sup>31</sup> *Brasil Revolucionário*, ano III, nº 10, maio/junho/julho de 1992. Fonte usada no parágrafo seguinte No Conselho Editorial da revista estavam presentes militantes de diversas tendências do PT (Lula, Luís Eduardo Greenhalgh, Paulo Skromov, Jorge Almeida), além de Bruno Maranhão (dirigente do PCBR desde sua formação) e Jacob Gorender, já desligado do BR.

<sup>32</sup> Quando essa pesquisa foi iniciada, tanto Prestes de Paula quanto Jari já haviam morrido. Cícero, retornou para Pernambuco após ser solto, mas nunca foi localizado. De modo que por isso nem todos os militantes puderam ser entrevistados.

## CONCLUSÃO

Muitos debates sobre a História do Tempo Presente se formaram em torno de temas ligados ao nazismo e ao contexto do pós Segunda Guerra Mundial, de acordo com Motta, um passado que não passava (2012, p. 21).<sup>33</sup> Para os militantes retratados em *Comunicação: um meio ou um fim?* – e também para os que não apareceram em seu enredo – aquele passado recomposto pelo filme também insistia em não passar e suas versões se transformavam de acordo com essa relação entre passado e presente. Não é acaso que o eixo narrativo do filme se assente sobre interesses contemporâneos dos sujeitos ali representados e que, exatamente por isso, aquilo que não interessava tenha sido descartado do enredo.

O uso do documentário *Comunicação: um meio ou um fim?* com fonte para entender a tentativa de assalto ao Banco do Brasil de 1986 pelo PCBR requer um esforço para perceber o que o documentário revela e o que ele omite. O que só é alcançado no cotejamento com outras fontes (algumas antes indisponíveis à pesquisa, como as fontes policiais; outras formuladas *a posteriori*, como entrevistas com os militantes), pois entender a versão apresentada pelos militantes no documentário exige a consideração de inúmeras possibilidades – algo que este texto buscou. Assim, foi possível apontar possíveis repostas que justifiquem as escolhas que envolvem o filme, que não foi concebido como catarse de um tempo doloroso, mas como uma peça de defesa social.

A estratégia de defesa apresentada no documentário com certeza não representa os planos pragmáticos do PCBR para aquele assalto – segundo este autor, inspirado por um “pragmatismo revolucionário”. A ingenuidade e o idealismo daqueles militantes – do que o vídeo é clara propaganda – não eram a razão para o assalto, que pretendia atender às demandas objetivas da manutenção do PCBR como tendência no PT – é o que garantem José Wellington e Marcos, assegurados pelo tempo, em entrevista a esta pesquisa. O grupo entendia muito bem a conjuntura que estava vivendo e sabia que precisava de dinheiro, se não para uma revolução imediata, para se fortalecer no espaço que lhe garantia força política, o Partido dos Trabalhadores. Contudo, essa não é a versão mais corrente para explicar o assalto, muito pelo contrário.

---

<sup>33</sup> MOTTA, Márcia Maria Menendes. “História, memória e tempo presente”. In.: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Novos Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2012, pp. 21-36.

As análises presentes em *Comunicação: um meio ou um fim?* se relacionam profundamente com registros oficiais do Partido dos Trabalhadores (boletins nacionais e outras publicações) e com os argumentos presentes em *O fantasma da revolução brasileira*, livro quase contemporâneo ao documentário e que destrincha as esquerdas armadas no período da ditadura civil-militar (RIDENTI, 1993). No livro, o assalto é tratado como reedição anacrônica de “assalto a banco nos moldes daqueles da década de 1960”. Conforme escreveu Ridenti, “alguns dos participantes do assalto na Bahia eram militantes desde os anos 60, mas outros eram bem jovens, provavelmente iludidos por uma idealização da luta passada” – Marcos, interessado na defesa do grupo, sugeriu raciocínio semelhante. Para Ridenti “o episódio revela a ausência de uma análise profunda da experiência passada, repetindo como farsa o que já foi tragédia” – em depoimento no documentário, Emiliano José também fala em assalto “atrasado” (RIDENTI, 1993, p. 21).

Tal raciocínio não é suficiente para explicar um assalto que reuniu militantes de três gerações diferentes, com trajetórias igualmente distintas e que reconheciam as demandas do PCBR naquela conjuntura. Não parece assertivo condenar seu equívoco atribuindo-lhes desconhecimento de uma certa leitura marxista – aliás, o mesmo marxismo que transbordava nos documentos do PCBR no período.<sup>34</sup> Contudo, a compreensão proposta por Ridenti revela o sucesso dos argumentos de defesa dos presos, presentes no documentário: eram militantes idealistas. Afastado do pessimismo que classifica o processo histórico como farsa ou tragédia, o documentário *Comunicação: um meio ou um fim?* sustentou versão parecida, carregada também de todos os enviesamentos que ela promove.

A defesa que os presos apresentaram à Justiça não foi capaz de garanti-los como criminosos políticos – talvez nunca tenham querido isso nos conformes da LSN –, mas o alcance social de seus argumentos forjaram uma versão que consolidou a versão pró-Nicarágua, vinculou o PT ao assalto e sempre omitiu que ele fora um fenômeno plural, com assaltos em 1985 e 1986. Até mesmo na Justiça o assalto de 1985 terminou esquecido e nunca sentenciou os militantes envolvidos nele.

Reafirmando seu idealismo, o grupo encobriu alguns lances da história por trás do assalto. A defesa apresentada à sociedade, não foi mais reveladora do que a forjada na Justiça: ambas, cada uma a seu modo, representam diferentes interesses do grupo na busca pela legitimação de seu ato. Juntas e cotejadas com uma pesquisa histórica pormenorizada, elas se

---

<sup>34</sup> “Teses sobre a construção do partido revolucionário”, s/d. Processo, v. 7, fls. 497-502.

complementam na busca pela compreensão do assalto em Salvador e dos demais que se esconderam sob ele. Uma das últimas entrevistadas em *Comunicação: um meio ou um fim?* foi a ex-militante comunista, Ana Montenegro, que convidou: “vai se escrever sobre esses homens para recuperá-los, para mostrá-los não como a mídia os mostra, mas como eles eram verdadeiramente”. Para responder a seu chamamento, contudo, foi necessário superar não apenas a imagem que a imprensa criou para esses militantes, mas também aquela que eles próprios criaram para si, no filme ou na Justiça.

## REFERÊNCIAS

- CARDOSO, Ciro Flamarion; MAUAD, Ana Maria. “História e Imagem: os exemplos da fotografia e do cinema”. In.: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, 15ª reimpressão, pp. 401-17.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 6ª edição revista e ampliada: São Paulo, Ática, 2003.
- MOTTA, Márcia Maria Menendes. “História, memória e tempo presente”. In.: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Novos Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, pp. 21-36.
- RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Unesp, 1993.
- TORRES, Lucas Porto Marchesini. “A questão financeira é uma questão política”. *Militantes do PCBR em ações armadas na Bahia (década de 1980)*. 2013. 178p. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.
- \_\_\_\_\_. “Não estava escrito na estrela? Disputa por espaços políticos e construção de memórias a partir das ações armadas do PCBR (Bahia, década de 1980)”. In.: Centro Sérgio Buarque de Holanda. *Encontros de Memória e História*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016, pp. 125-133.
- VVAA. *Socialismo em debate – 1917-1987*. São Paulo: Instituto CAJAMAR, 1988.

Recebido em 20/09/2016

Aceito em 19/11/2016